

ENSINO DO GÊNERO GRAFITE: UMA EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE¹

<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v9i1.44312>

Flávia Karolina Lima-Duarte*

Rossana Viana Gaia**

João Gonçalves Torres Filho***

Diogo Rodrigo do Nascimento****

*Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Universidade Federal de Alagoas – UFAL. flaviakarolinalima@gmail.com

** Instituto Federal de Alagoas – IFAL. rossanagaia@gmail.com

*** Instituto Federal de Alagoas – IFAL. jgoncalvestorresf@gmail.com

**** Universidade Federal de Alagoas – UFAL. nascimentdiogo@gmail.com

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa de iniciação científica, tem por objetivo analisar a reflexão crítica de socioeducandos de uma Unidade de Internação Masculina a partir do ensino do gênero grafite. A base teórica selecionada se apropria de reflexões sobre práticas educativas em ambientes de encarceramento, bem como sobre a relevância histórico-social do gênero grafite. A metodologia incluiu seleção dos participantes, oficinas de desenho e de pintura, leitura de imagens estáticas e filmicas, produção de desenhos e entrevistas. Os resultados demonstram que, inicialmente, os participantes tiveram dificuldade em compreender a função social do grafite e a importância desse gênero como instrumento de reivindicação de direitos; contudo, no decorrer do processo, a partir das estratégias metodológicas utilizadas, os socioeducandos começaram a perceber que, por meio desse gênero, eles podem denunciar os problemas existentes em suas comunidades e reivindicar seus direitos. Como conclusão, indica-se a necessidade de desenvolver mais pesquisas que contribuam com a reflexão crítica de adolescentes em ambiente de privação de liberdade.

Palavras-chave: gênero textual, Unidade de Internação Masculina, ensino de língua portuguesa.

Abstract: Teaching of the graphite genre: an experience with teenagers in detention teaching of the graphite genre. This article, the result of a scientific initiation research, aims to analyze the critical reflection of teenagers of fenders from a Male Detention Unit starting from the teaching of the graphite genre. The selected theoretical base appropriates reflections on educational practices in incarceration environments, as well as on the historical-social relevance of the graphite genre. The methodology included selection of participants, drawing and painting workshops, reading of static and filmic images, production of drawings and interviews. The results show that, initially, the participant shad difficulty in understanding the social function of graphite and the importance of this genre as an instrument of claiming rights; however, in the course of the process, starting from the methodological strategies used, the teenagers of fenders began to realize that, through this genre, they can denounce problems in their communities and claim their rights. As conclusion, it is pointed out the need to develop further research that contributes to the critical reflection of adolescents in deprivation of liberty environment.

Keywords: textual gender, male detention Unit, Portuguese language teaching.

¹ Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) por viabilizar a execução financeira desta pesquisa e à Pro-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas (PRPI/Ifal).

Introdução

Desde épocas mais remotas existe a prisão: na Antiguidade, as pessoas que cometiam algum crime eram encarceradas até que fossem julgadas e recebessem suas penas, que poderia ser a morte, a tortura, a deportação, venda da pessoa para ser escravizada etc. Apenas na Idade Moderna, século XVIII, foi criada a pena de encarceramento, isto é, criou-se um novo modo de punir, visto que, a sociedade começou a ter o direito “de se defender contra aqueles que se constituem como risco à vida e à propriedade dos outros” (Brasil, 2013, p. 289). A partir de então, as penas são de acordo com a gravidade do crime cometido. Destaca-se que na Antiguidade a prisão era baseada no conceito de castigo, correção e recuperação, até manter padrões considerados na Idade Moderna, cujo pilar assume três funções: “(a) punir, (b) defender a sociedade isolando o malfeitor; e (c) corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade” (Brasil, 2013, p. 289).

Na terceira perspectiva, a educação tem papel fundamental, pois as pessoas que vão para o sistema prisional normalmente não frequentam mais o ambiente escolar. No entanto, oferecer a educação na prisão não tem sido tarefa fácil. Um dos problemas refere-se ao fato de que os discursos que circulam na sociedade vão de encontro com o que está previsto na legislação, porque, no senso comum, em geral, considera-se que o “bandido” não deve ter privilégios.

Especificamente no Sistema Socioeducativo, *locus* desta pesquisa, a realidade verificada não se diferencia do sistema penitenciário. Contudo, conforme o SINASE (Brasil, 2012), no âmbito do sistema, o processo de escolarização se insere como um dos principais eixos para socializar os adolescentes. Essa normativa atende às diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), pois não se pode tratar as infrações cometidas por jovens e adolescentes como problema de segurança pública, negando-se que as infrações são indicadores de restrição de acesso a direitos fundamentais.

A compreensão da lógica do Sistema Socioeducativo requer obrigatoriamente o conhecimento de duas leis que regem o seu funcionamento e o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei: a Lei n.º 8069 (1990) da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei n.º 12.594, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Os estudos na área indicam que, as pessoas em privação de liberdade, são reflexo da segregação social, da pobreza, das drogas e da perda de valores humanitários (Laffin & Nakayama, 2013).

Neste artigo, detivemo-nos no processo de ensino-aprendizagem não-escolarizado² de adolescentes em conflito com a lei. Por sabermos da complexidade em atuar em ambientes de privação de liberdade, por experiência anterior em Unidade Feminina (Lima-Duarte; Gaia; Torres Filho, 2017) a primeira ação foi a de reconhecer o ambiente, antes de aplicar a pesquisa. Assim sendo, visitamos uma Unidade de Internação Masculina (UIM) com o intuito de verificar e refletir com qual gênero textual poderíamos trabalhar. Durante o reconhecimento do local, percebemos que as paredes das celas³ são marcadas por desenhos e escritos, que fazem referência à criminalidade.

²As oficinas de grafite integravam um projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) e não se inseriam na educação escolarizada, ou seja, a educação ofertada pela escola de atuação no próprio sistema.

³Formalmente, os locais de encarceramento para adolescentes são denominados alojamentos, com base na política pública. No entanto, a mudança de nomenclatura, não altera a perspectiva prática, pois os próprios adolescentes quando se referem ao local denominam como cela, pois contém uma porta de ferro, fechada por fora com cadeado e tem uma pequena abertura por onde são servidas as refeições, o que evita agrupamentos em refeitórios. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, observamos que essa prática da linguagem é utilizada a

Após essa visita, nosso grupo de pesquisa se reuniu para refletir sobre a pergunta que norteia este artigo: Como desenvolver estratégias metodológicas de estímulo à aprendizagem e a reflexão crítica dos sujeitos em ambiente de liberdade restrita? A partir das reuniões no grupo de estudo, decidimos trabalhar com o gênero grafite, por ter potencial para que os socioducandos reflitam sobre os problemas sociais existentes em suas comunidades.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo foi analisar a reflexão crítica dos socioeducandos de uma Unidade de Internação Masculina a partir do ensino do gênero grafite.

Aparatos legais do/no sistema socioeducativo: ECA e Sinase

Mocelin e Ferreira (2016) destacam que até o século XIX, os atos infracionais cometidos por pessoas de distintas idades eram julgados de forma similar pela legislação. Somente a partir do século seguinte, as ações dos jovens passam a ter caráter tutelar nos Estados Unidos e a partir de 1959, a responsabilidade juvenil se insere na Declaração dos Direitos da Criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Brasil, resultou de lutas do processo pré-democratização e foi sancionado e publicado em 16 de julho de 1990, pelo presidente Fernando Collor. Já o Sinase foi aprovado pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de janeiro de 2012. Esses documentos são considerados basilares no debate sobre adolescentes em privação de liberdade, pois visam garantir os direitos da criança e do adolescente e o atendimento ao cumprimento de medidas socioeducativas. A partir da regulamentação do Sinase, o sistema socioeducativo brasileiro passou a ter uma diretriz para atender adolescentes em conflito com a lei (Brasil, 1990; 2012).

As medidas socioeducativas estabelecidas no artigo 112 da Lei n.º 8.069 (1990), popularizada como ECA, preveem, nos casos de atos infracionais, as seguintes normas: (i) advertência, (ii) obrigação de reparar ao dano, (iii) prestação de serviços à comunidade, (iv) liberdade assistida, (v) inserção em regime de semiliberdade e (vi) internação em estabelecimento educacional. Em parágrafo único, o artigo especifica que a medida aplicada ao adolescente deve considerar a sua capacidade de cumpri-la, além das circunstâncias e a gravidade da infração.

No que se refere à internação, contexto deste estudo, há dois tipos: provisória e definitiva. Na primeira, o ECA determina prazo máximo de 45 dias para o seu cumprimento e, após esse período, determina-se a liberação do adolescente ou a definição da sua internação em regime fechado. Na segunda, o adolescente passa um período de 6 meses a 3 anos, em cumprimento de medida socioeducativa, conforme o seu ato infracional e com base na avaliação do juiz.

Ao avaliar essas questões o Sinase, na Lei n.º 12.594 (2012), concebe o Plano Individual de Atendimento (PIA), que define a gestão das atividades a serem desenvolvidas por cada adolescente atendido pelo sistema socioeducativo, seja em regime de internação, semiliberdade ou liberdade assistida.

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta para acompanhar a evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família, durante o cumprimento da medida socioeducativa em diversas áreas: jurídica, saúde, psicológica (afetivossexual), social, pedagógica.

partir de duas concepções: ora aproxima os jovens dos adultos encarcerados em presídios, o que passa a ser considerado como status marginal; ora serve como denúncia de mal tratos. Nesse estudo, optamos por utilizar a palavra utilizada no cotidiano dos adolescentes.

Ensino no sistema socioeducativo: escolarização e socioeducação

A oferta de escolarização dentro do sistema socioeducativo, em Maceió, é de responsabilidade da rede estadual de Alagoas, através da Escola Estadual Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues, criada pelo Decreto Governamental n.º 30.056 (2014) e apresenta modelo diferenciado das demais, por ser uma escola de referência para o atendimento de pessoas privadas de liberdade, seja no sistema penitenciário ou no sistema socioeducativo.

A Escola Estadual Paulo Jorge atua dentro do sistema socioeducativo desde 2016 e atende as 10 unidades de internação definitiva, através da modalidade EJA, em todos os segmentos. Os processos de escolarização dentro do sistema socioeducativo apresentam os conteúdos programáticos de cada disciplina, conforme estabelecidos pelos PCNs e organizados pela coordenação e pelos professores. O corpo docente é composto por professores substitutos no regime de contrato por até 2 anos.

A escolarização em ambiente de privação de liberdade é um dos principais processos educativos realizado com os adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo. Essa proposta prevê a relevância da formação cidadã no processo educativo, pleno e integral, com base em valores éticos (Mocelin, 2016). Outros processos educativos integram o sistema, como projetos sociais, de extensão e de pesquisas que, em geral, são ofertados por agentes externos, a exemplo desta Pesquisa de Iniciação Científica (Pibic).

Grafite: forma, conteúdo e função social

Muito antes do spray os egípcios utilizavam carvão e “sangue de animal” como tinta artesanal para sinalizar ou divulgar algo, assim também, os desenhos nas cavernas feitos pelos homens no período da pré-história remetem à origem do grafite (Dupret, 2008). A origem dessa palavra vem do termo italiano *grafito*, no singular, e *graffiti*, no plural, que corresponde a escrita(as) feita em pedra com carvão. Esse termo deriva do léxico alemão *krapfo* que significa talhar, e que deriva de uma ferramenta antiga para cortar e guerrear (Santos, 2012).

Na história mais recente, essa ação comunicativa, remete às manifestações de maio de 68 na França, quando os estudantes escreviam no muro e utilizavam cartazes para reivindicar direitos civis e denunciar opressão (Zizek, 2008). Nos mesmos Anos 1960, nos Estados Unidos da América, mais precisamente no bairro do Bronx, os jovens, por meio da escrita e desenhos, juntamente com as poesias dos *raps* e a dança *breaker* reivindicavam os direitos iguais à população negra do País, fortalecidos a partir do início do movimento cultural hip-hop, que se relaciona com essas várias manifestações culturais (Souza, 2011).

Convém registrar que os termos grafite e pichação são confundidos. Embora tenham suas origens intrínsecas nas artes rupestres e nos movimentos sociais (Vieira, 2015), a pichação faz uso da escrita, enquanto o grafite usa ícones, símbolos e signos na construção de sentido. Outro distanciamento possível verifica-se na pichação como registro de ilegalidade e do protesto, enquanto o grafite tem se reafirmado como expressão artística que embeleza a cidade com desenhos urbanos, previamente autorizados (Buzen e Mendonça, 2013).

O grafite mescla, em sua composição, elementos textuais e visuais, em alguns casos de maneira exagerada, como parte de sua função retórica e segue “uma linha evolutiva que aponta para a instantaneidade, para a iconografia, para a visualidade e para economia” (Silva, 2004). Outra reflexão possível no trabalho com grafite, inclui as práticas dos próprios socioeducandos, suas ações, particularidades e desafios que vivenciam no cotidiano. No caso específico dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE), o grafite permite aos sujeitos expressar emoções e ideias a partir das representações criativas (Dupret, 2008).

Contexto da pesquisa: seleção e perfil dos sujeitos

Esta pesquisa aplicada foi desenvolvida na Unidade de Internação Masculina (UIM), que garante o acolhimento de regime fechado para adolescentes cujas infrações foram consideradas graves, o que implica restrição e privação de liberdade – última sanção possível aos adolescentes, a depender da infração e se reincidente, ou não.

A UIM tem objetivo de executar a medida socioeducativa de internação como forma de responsabilizar, desaprovar os atos infracionais do jovem e prepará-lo para o convívio social novamente. Na Unidade em que desenvolvemos a pesquisa, a Instituição atende a 16 adolescentes (dados coletados em abril de 2018) e, oferece, além da escolarização formal, como qualquer outra escola, outras atividades pedagógicas, na qual se insere esse estudo. Os socioeducandos são acompanhados por uma equipe multidisciplinar que avalia o comportamento deles e repassa as informações ao Juiz.

Por ser uma pesquisa que inclui coleta de dados, com adolescentes em tutela do Estado, solicitou-se autorização ao 1.º Juizado da Infância da Capital para publicar as produções dos adolescentes nos resultados do estudo. Após essa etapa, a Superintendência das Medidas Socioeducativas autorizou o cumprimento dos processos educativos previstos nesta pesquisa.

A primeira providência para executar a investigação foi dialogar com a equipe técnica formada por assistente social, psicóloga e agentes socioeducativos que acompanham diariamente os adolescentes internos. Ficou definido pela equipe, com aceite do bolsista, que a seleção dos participantes basear-se-ia em: disposição em participar de atividades educativas, interesse em desenhar/pintar e bom comportamento⁴.

Além disso, segundo determinou a superintendência, o número de adolescente deve ser compatível com o número de agentes de segurança para a realização das atividades, cuja lógica integra a dinâmica de funcionamento da UIM, para inibir fugas e motins. Essa prática inicialmente nos causou estranhamento, pois em nossa pesquisa anterior, na Unidade de Internação Feminina, todas as adolescentes eram livres para participar ou não da pesquisa e podiam circular nos espaços da Unidade até 19 horas (Lima-Duarte, Gaia & Torres Filho, 2017). No contexto da UIM, definiu-se a possibilidade de trabalhar com oito (8) jovens.

Dos participantes, seis são de famílias em situação socioeconômica vulnerável e todos eles estavam envolvidos com o uso e o tráfico de drogas. Em relação à escolarização, a maioria deles já havia abandonado os estudos, porém ao ingressarem na UIM retomaram essa atividade, um direito constitucional. Verificou-se que dos oito adolescentes, sete cursam entre o 6º e o 9º ano e um deles estava na alfabetização.

Os procedimentos de coleta e geração de dados são de natureza qualitativa e baseiam-se nos métodos propostos por pesquisadores da área de Linguística Aplicada. Os instrumentos para geração de dados foram compostos a partir de oficinas com técnicas sobre desenho e pintura, elaboração e reelaboração de textos multimodais, entrevistas reflexivas e o diário de campo do pesquisador, detalhados nesta seção.

A escolha por oficinas tem como meta propiciar difusão de saberes junto aos adolescentes que cometeram infrações, mas em um determinado momento estarão novamente no convívio social. Sem acesso a informações que estimulem a cognição, além dos conhecimentos oriundos da educação formal, reforça-se a construção de desigualdades. A

⁴ Por se tratar de um ambiente de confinamento, a maioria dos adolescentes, na UIM, está associada constantemente a grupos rivais, cujos padrões de comportamento são similares ao do presídio. A equipe considera “bem comportamento” o adolescente que não se envolve em conflitos.

partir de Ramidoff (2017, p. 80), entende-se, com base na lei do Sinase, que essas práticas sociais diversas são relevantes, pois permitem “convivência comunitária socialmente consequente, respeitosa e responsável”.

Primeira oficina: Desenho

A oficina de desenho iniciou as atividades, decorrente da participação voluntária dos estudantes José Fábio Cassiano dos Santos e Daniel Cavalcante da Silva, que cursam Design de Interiores no Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió. Nessa oficina eles ministraram técnicas básicas de desenho com suporte dos pesquisadores.

Os participantes foram deslocados com algemas das celas para a Sala Multiuso. Segundo os agentes socioeducativos, este procedimento é necessário, porque alega-se o cuidado de evitar tentativa de fuga por parte dos adolescentes. Identificou-se que essa cultura disciplinar no sistema local vai de encontro ao que especifica a Súmula 11 do Supremo Tribunal Federal (STF), pois considera o uso de algemas em caráter excepcional e não arbitrário, conforme especifica o documento: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia [...]” (Brasil, 2008).

Sobre essa questão, destaca-se omissão nas Leis do ECA e do Sinase, pois ambas desconsideram o assunto. No entanto, no artigo 178 do ECA, define-se que: “O adolescente a quem se atribua autoridade de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade” (Brasil, 1990). Além disso, a Lei do Sinase (Brasil, 2012), quando aborda a socioeducação, especifica, no artigo 35 os princípios para execução das medidas socioeducativas. Desse modo, o princípio da legalidade determina que não é autorizado ao “adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto”. Portanto, se o uso de algemas é excepcional para adultos, tem que ser para adolescentes também.

Desse modo, as algemas reforçam a violência física e psicológica às quais os adolescentes são submetidos nas suas vivências cotidianas anteriores. Essa cultura intimidada também os educadores, já que o clima no ambiente da Sala Multiuso é tenso, com a média de um fiscal para cada dupla de adolescentes, armados com cassetetes.

A realidade alagoana das unidades masculinas repete, em muitos aspectos, os presídios, pois os adolescentes são separados conforme os grupos aos quais estão ligados antes de entrar no local. Carvalho; Brandt (2016) em pesquisa realizada sobre violência com adolescentes autores de atos infracionais, refletem que existem vários perfis para esse sujeito definido como adolescente que infringe a lei e na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Trata-se de fenômeno identificado como biopsicossocial, pois os jovens desafiam a ordem legal estabelecida, assim considera-se a violência como fenômeno transversal. Desse modo, o espaço que teria como meta socializar, apenas reforça o estigma desses jovens e amplia a violência, pois distancia-se do debate cidadão necessário na sociedade e desconsidera a complexa coexistência das diferenças.

Retomando o detalhamento da oficina de desenho, ressalte-se que durante as duas horas da atividade, os agentes permaneceram em pé acompanhando toda a movimentação e o uso dos materiais pelos adolescentes e que incluiu: lápis de madeira, borracha, lapiseira, esfuminhos e caderno de desenho. Destaque-se que um dos limites da pesquisa incluiu a concordância com as exigências da unidade, já que o uso do lápis pontiagudo, segundo a equipe técnica, é considerado um risco, pois pode se transformar em arma. Todos os lápis eram contados antes e ao final de cada oficina.

Inicialmente, as orientadoras falaram brevemente a respeito do projeto, destacando a importância de se pensar em desenhos que reflitam seus contextos sociais. Para que eles entendessem melhor, foi exibida, em livro, imagem de um grafite cujo tema era o racismo, relacionando com os traços do desenho⁵. Em seguida, o bolsista apresentou o projeto aos estudantes/internos e enfatizou que através do desenho as pessoas podem expressar sentimentos, intenções e protestar por direitos.

Após essa apresentação, como tarefa inicial, o estudante de designer Daniel pediu aos adolescentes para fazerem um desenho de observação de um cacto que deixou visível, desde o início do encontro, numa mesa no centro da sala. Essa atividade foi realizada com os olhos fechados. Todos os alunos acharam uma tarefa difícil e só iniciaram quando declaramos que não se preocupassem com resultados, apenas seria importante tentarem participar do exercício.

No segundo momento, Daniel pediu para eles redesenharem, agora com os olhos abertos, do modo que conseguissem fazer. Os adolescentes foram orientados sobre o aperfeiçoamento de traços, através de algumas técnicas de desenho como: sombra do objeto e desenhos estilizados. Ao longo da oficina, observamos que alguns deles faziam desenhos paralelos que caracterizavam o mundo do crime e seus vínculos com organizações criminosas. Verificou-se que essas informações, de alguma forma, integram suas vidas e estão interiorizadas neles (Figura 1):



Ilustração 1 – produção da primeira oficina de desenho⁶

Fonte: Acervo dos pesquisadores (2018).

Como se observa na Ilustração 1, o estudante cumpriu a atividade ao desenhar o cacto com a técnica do sombreado, contudo, aproveitou o espaço no canto esquerdo da folha para marcar seu pertencimento à uma facção criminosa. Dando continuidade, escreveu “Tudo 2”, que referencia a mesma facção, em seguida “Passa Nada”, que indica “força” deste grupo e provocação à facção rival. Ao conhecer um pouco mais do contexto, observamos que não só nas oficinas da pesquisa eles fizeram essas marcações, mas o tempo todo eles escrevem nas paredes da cela, nos cadernos de aulas e muitos possuem tatuagem com símbolos ideológicos das facções criminosas.

No término da oficina pedimos para os participantes definirem um nome fictício em seus cadernos de desenho, esclarecendo que seriam identificados dessa forma nas publicações da pesquisa, e, mais numa vez, eles trouxeram elementos do mundo do crime, pois escolheram os apelidos pelo quais são conhecidos nas facções. Trata-se de uma renomeação de si, pois escolhem nomes que remetem a alguma característica física ou simbolize sua característica na criminalidade. Em razão da ética na pesquisa redefinimos essa nomeação,

⁵ É importante que os pesquisadores utilizem uma linguagem objetiva, adequada ao contexto do grupo e garantam comunicação precisa e rápida, em função do tempo da atividade e dos rigores do ambiente.

⁶ O desenho indica também aspectos do inconsciente, os quais não são possíveis explorar sem o suporte interdisciplinar de um psicólogo. Nossa ênfase foi, portanto, nos aspectos da linguagem, mas destaque-se o potencial de pesquisas desse porte para ações interdisciplinares.

indicando apenas a primeira letra dos nomes fictícios. Um dos alunos só colocou o nome após ajudarmos ele a escrever, pois em voz baixa, quase inaudível, informou que não sabia escrever e pediu apoio dos pesquisadores.

Ao finalizarmos a oficina, nos despedimos dos adolescentes, observando eles saírem novamente algemados, depois da minuciosa revista. Essa rotina se repetiu em todas as atividades que eles participam.

Segunda Oficina: Cores

Na segunda oficina, incluímos um novo aluno no lugar de um adolescente que, durante o processo, foi desligado da internação, para permanecermos com oito participantes de pesquisa. Inicialmente, as orientadoras explicaram o objetivo da oficina que trabalhou as cores primárias e secundárias. Novamente, as professoras ressaltaram a importância de indicar os nomes fictícios que não afrontassem o outro, porque isso também gera violência. Logo depois foram entregues a cada adolescente duas folhas e um pincel para que executassem as orientações dos instrutores.

Importante mencionar que acompanharam as atividades cinco agentes de segurança, três a mais do que a primeira oficina, eles também ficaram bem mais próximo dos meninos do que no encontro passado. Ao indagarmos, no final do encontro, sobre essa postura, fomos informados que há poucos dias dois adolescentes furtaram um telefone celular do professor de geografia, no momento de aula da unidade de internação. Na UIM, os adolescentes não devem ter acesso a telefone nem qualquer outro meio de comunicação, exceto em dias específicos e supervisionados pela equipe técnica.

Apesar do ambiente tenso, os alunos nos deram total atenção e corresponderam bem as instruções da oficina e aos instrutores Daniel e Fábio, pois demonstraram envolvimento e agiram com respeito aos ensinamentos. Houve comprometimento e esforço dos adolescentes para realizar cada etapa solicitada.

No final, tínhamos folhas bastantes coloridas, mãos sujas de tintas e um momento lúdico e agradável, contrastando com a realidade vivenciada pelos adolescentes em privação de liberdade. Eles realizaram exercícios com intuito de entender inicialmente as cores primárias e, posteriormente, misturar as cores para produzir cores secundárias e tonalidades.

Observamos que nesta oficina eles também aproveitaram as tintas, lápis e folhas para rabiscarem figuras que permeiam suas vivências diárias ligadas a grupos criminosos, à violência e às autoimagens.

Os voluntários de Design deixaram uma atividade extra para identificar as cores primárias e secundárias, antes do próximo encontro, o que ajudaria a exercitar o uso das cores estudadas. A atividade foi orientada pelo bolsista numa tarde, na semana seguinte e na mesma sala. No mesmo local e horário, foram realizadas atividades de desenho, com intuito de praticarem e refinarem os traços (Ilustração 2).



Ilustração 2 –Prática de desenho à mão livre⁷

Fonte: Acervo dos pesquisadores (2018).

Após finalizar as oficinas, a proposta inicial foi garantir uma prática de grafite em uma das paredes do pátio, contudo, durante o processo essa atividade foi impossibilitada por conta das mudanças de espaço físico dos adolescentes, que mudaram duas vezes de unidade. A partir dessas alterações, que não estavam previstas no cronograma do estudo, a ação não foi possível na parede, de modo que as práticas do gênero grafite foram restritas a papel no formato A-4 com gramatura 180 g.

Mesmo o trabalho sendo elaborado no papel, o diálogo sobre a importância do gênero foi realizado, de modo a refletirem sobre a sociedade na qual se inserem.

Primeira produção

Na primeira produção foi solicitado ao grupo a realização de um desenho que representasse um problema social das suas comunidades. O objetivo foi estimular uma reflexão crítica acerca de um problema que poderia ser solucionado, sendo o gênero grafite responsável por esse canal de diálogo.

Inicialmente, foram verificadas algumas dificuldades dos socioeducandos no processo de reflexão dos problemas sociais, pois havia uma tendência à repetição dos discursos ideológicos nos quais se inserem. Dito de outro modo, havia no papel, a reprodução dos mesmos desenhos identificados em suas celas e até mesmo nas vestimentas e tatuagens. Ao identificarmos essa dificuldade dos adolescentes, resolvemos selecionar um filme para tentar ajudar nesse processo reflexivo.

Diálogo sobre um filme

Ao identificarmos, logo nos primeiros encontros, que os adolescentes tinham dificuldade em perceber os problemas sociais que afetam suas vidas, passamos a incluir novas abordagens a fim de buscar alternativas para que pudéssemos dar continuidade às etapas seguintes. Diante disso, com o intuito de possibilitar essas reflexões, exibimos o filme *Cidade dos Homens* que trata da história de Acerola e Laranjinha, moradores da favela Cidade de Deus, situada no Rio de Janeiro. A escolha dessa produção brasileira teve como base a aproximação da ficção com a realidade dos socioeducandos.

A narrativa do filme possibilitou-nos um diálogo sobre temas relacionados ao tráfico de drogas, paternidade na adolescência, violência, acesso a armas e criminalidade. Esses

⁷ O desenho à mão livre é uma das técnicas de design de interiores que combina efeitos diversos como efeitos de sombra, luz, simetria, forma etc. Para isso, é necessário primeiramente aprender como segurar o lápis adequadamente.

assuntos desencadearam diálogos sobre como os problemas cotidianos influenciam na formação das identidades dos jovens. Além disso, esse momento permitiu refletir sobre as causas que levam as pessoas a entrarem na criminalidade e identificar possíveis soluções para que isso não ocorra.

Segunda produção: elaboração de grafite após o filme

Em seguida à discussão sobre o filme, iniciamos a produção de novo desenho crítico que tivesse relação com as temáticas destacadas, desde que relacionadas com suas vidas e com a função social do gênero grafite. Os resultados dessa produção demonstraram avanços do ponto de vista da leitura crítica social, conforme análises seguintes.

Entrevistas

Com o intuito de ampliar as reflexões iniciais, realizamos entrevistas individuais⁸, com base em cada produção, para que pudessem expressar suas motivações para a produção do grafite e ampliar suas visões acerca dos problemas e soluções apresentados. O objetivo foi identificar as intencionalidades dos enunciados, para poder compreendê-los e entender como se convertem em valores para sua vida.

É importante registrar que nos momentos da entrevista apesar de o foco ser a análise da produção do desenho crítico, foram inevitáveis os relatos de alguns adolescentes sobre as dificuldades das famílias, da privação de liberdade, se expondo emocionalmente para o grupo de pesquisadores.

Apesar do contexto problemático, as entrevistas possibilitaram analisar e refletir junto aos adolescentes as suas produções. Um deles, durante a entrevista, pediu para redesenhar, a fim de expressar suas novas compreensões do mundo.

Terceira produção: elaboração de grafite após as entrevistas

Após a entrevista, a última produção da nossa pesquisa foi realizada com apenas três adolescentes, de forma separada, isto porque devido a conflitos internos da UIM, gerados pelas rivalidades entre os jovens, desligamento de alguns e progressão de medidas, não permitiram a continuidade com o mesmo grupo, por questões de segurança. Destaca-se que, apesar da redução quantitativa dos participantes, os dados apresentaram avanços significativos sobre a criticidade.

Trabalhos educativos não formais em espaços de privação da liberdade, exigem pensar o sujeito sócio-histórico com o qual trabalhamos, suas particularidades e idiossincrasias. O processo de contribuir para que questionem suas experiências, favorece o questionamento, elemento crucial no processo de ressocialização, conforme destacam Silva; Silva (2018).

Do campo de futebol à denúncia de desvio de verbas

Os dados que compõem o corpus desta análise constituem três desenhos elaborados por dois participantes⁹ da etapa final do estudo, identificados por E.e F. Destaca-se que F.

⁸ Essas entrevistas tiveram que ser executadas com os adolescentes em espaços físicos diferentes depois de terem sido transferidos por questões de segurança a integridade física deles.

⁹ Não foi possível utilizar informações de um dos participantes, pois os dados ficaram restritos ao conhecimento dos pesquisadores, já que remetiam, de forma sistemática, a informações de grupos criminosos.

possui apenas a produção após o debate sobre o filme, visto que, depois da entrevista ele foi remanejado de unidade por questão de segurança, pois sofria ameaças de morte.

Iniciando pela produção de E., verifica-se em seu grafite (Ilustração 3) após o diálogo sobre o filme, que ele refletiu criticamente sobre a sua própria condição de encarceramento, formalmente denominada como privação de liberdade.

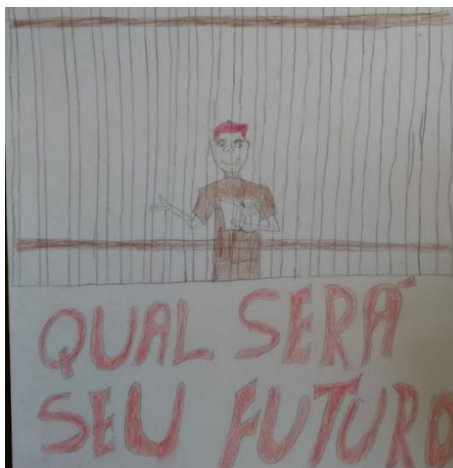


Ilustração 3 – Produção de E. Segunda produção

Fonte: Acervo dos pesquisadores (2018).

Essa ilustração é a representação da situação vivida/assumida. No período da produção, o participante estava num momento de isolamento, rejeitado pelos colegas de cela e do grupo do seu ambiente de convívio por querer mudar sua conduta, ou seja, ele relatou na entrevista que reconhecia os seus erros e que pretendia ter um futuro diferente. Na imagem consta a indagação sobre “qual será o futuro” das pessoas que infringem a lei, pois as grades representam o encarceramento e a Bíblia a simbologia de mudança.

No sistema socioeducativo, apesar de o Estado ser laico, existe a abertura para intuições religiosas atuarem, assim sendo, a Bíblia na mão do adolescente em conflito com a lei pode demonstrar um vínculo, socialmente imposto, com a religiosidade. Embora o estudante tenha indicado verbalmente e na imagem (Ilustração 3) que estava em processo de mudança, o uso da cor vermelha remete a um grupo da criminalidade ao qual estava vinculado, pois essa afirmação sobre a cor foi registrada em um encontro do pesquisador bolsista com o adolescente (Informação contida no diário de campo do pesquisador; maio de 2018).

No desenho seguinte, após a entrevista, quando ocorre uma análise crítica de imagens, nota-se que E. ampliou sua percepção acerca do gênero grafite e ilustrou um problema de corrupção, temática que requer maior compreensão sobre uso de recursos públicos.

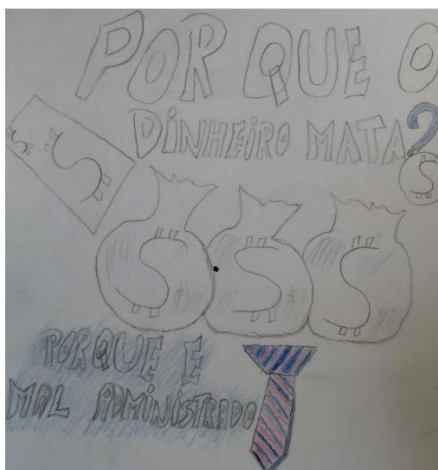


Ilustração 4 – Produção de E. Terceira Produção

Fonte: Acervo dos pesquisadores (2018).

No seu desenho (Ilustração 4) o adolescente compreendeu a composição textual do gênero (relação texto e imagem) e sua essência, pois denuncia o poder público ao desenhar a gravata que remete a políticos e/ou a elite financeira, além dos sacos de dinheiro e do questionamento “Por que o dinheiro mata?”, que ele mesmo responde: “porque é mal administrado”. Ao entender a utilização do gênero grafite o estudante denuncia as desigualdades e formas violentas do poder público, pois relatou que “o dinheiro roubado do povo pelos ladrão de gravata não deixa o povo crescer” (Transcrição de trechos da entrevista de E., em 23.fev.2018)¹⁰.

A produção de F. realizada a partir do diálogo sobre o filme Cidade de Deus, foi o registro de um menino jogando bola em uma quadra de futebol.



Ilustração 5 – Segunda produção de F.

¹⁰Ainda que esta investigação apresente reflexões que indiquem aspectos relacionados à teoria das elites, não foi nosso objetivo aprofundar esta temática neste artigo, no entanto, registre-se que a teoria clássica indica que ao pensar a sociedade na divisão de classes governantes e governados, a primeira é sempre menor, no entanto “monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 2000, p. 385).

Fonte: Acervo dos pesquisadores/2018.

Para F. a solução da sua comunidade seria a construção de uma quadra de futebol para atender aos meninos da comunidade, conforme pode ser verificado no trecho do áudio: “Nós moleques sofre sem quadra de futebol, que o governo não usa a renda para fazer uma praçazinha ali com uma quadra de futebol, por isso que nós sofre, agente joga bola na rua” (Transcrição de trechos da entrevista de F., em 3 mar. 2018). Apesar dos esforços das atividades desenvolvidas no sentido de promover a leitura crítica da realidade com uso do grafite, o trabalho de F. indica limites de compreensão ao citar que a quadra de esportes é a maior necessidade de sua comunidade. Evidencia-se que o processo de criticidade em grupos como este, requer um tempo maior do que apenas alguns meses de ação da pesquisa.

Ao ser indagado sobre a real necessidade de uma quadra de futebol, F. amplia sua percepção e indica que “... precisa de um colégio, de posto de saúde, uma ONG para fazer brincadeira com as crianças”. No entanto, no mesmo momento, retoma o debate anterior e indica: “...Como diz na música do MC Gui, né? Muitas crianças têm o sonho de ser jogador de futebol para dar para a família um futuro melhor ...”. Esse estudante vê no futebol a única forma de melhorar de vida e de propiciar o bem-estar de seus familiares, conforme registrou em entrevista.

Após retomar o argumento inicial, o pesquisador questionou novamente sobre a quadra como resolução total dos problemas sociais da comunidade e F. ponderou: “Casa, João. Quem não tem casa, João, tem muitas pessoas que tem que dormir nas casas dos outros de favor, né, João, ... é bonito o que o governo está fazendo aí dando casa, minha casa minha vida, isso é legal, João., isso é um sonho, um sonho!”. Ao ser questionado também, se uma casa solucionaria tudo, F. acrescenta que seria necessária “uma UPA dentro de uma favela, uma UPA, uma UPA, João, oxe, é muito bom demais, uma UPA, uma escola”.

Ao citar escola, reflete sobre sua própria situação, quando indagado sobre qual a importância das escolas nas comunidades: “Por exemplo: se eu quisesse um trabalho, daqui pra frente, melhor, tenho que estudar, correr atrás dos meus objetivos”. Nesse momento, F. refletiu acerca da importância de estudar para ter um futuro diferente, o que demonstra um processo de transformação em suas reflexões. Infelizmente, não pudemos coletar a terceira produção, após essa entrevista, pois ele foi transferido, também por risco de sofrer violência física, já que demonstrava vontade de mudar o comportamento.

Com base nas análises apresentadas nesta seção, observa-se, de acordo com Mocelin (2016), que o sistema socioeducativo deve ofertar a educação plena que não foque apenas em conteúdo, mas em valores éticos e cidadãos. Nas palavras da autora: “Os fundamentos da socioeducação preveem, para o adolescente, o processo educativo pleno, integral, transformador e que busque a constituição de um novo projeto de vida baseado em valores éticos e em um aprendizado para a participação social e cidadã” (Mocelin, 2016, p. 51).

Nesse sentido é importante reconhecer que esta pesquisa, cujo o foco foi promover a criticidade a partir do gênero grafite, proporcionou aos socioeducandos a possibilidade de refletir criticamente sobre os problemas sociais. Notamos ainda, que no decorrer do processo eles reduziram o uso dos registros sobre facções em suas produções.

Considerações finais

Partindo da nossa pergunta de pesquisa: “Como desenvolver estratégias metodológicas de estímulo à aprendizagem e a reflexão crítica dos sujeitos que vivem em ambiente de liberdade restrita?”, compreendemos que foi importante o contato inicial com ambiente de encarceramento, visto que contribuiu para que pudéssemos pensar no gênero a ser trabalhado com os estudantes.

Por se tratar de uma pesquisa em Linguística Aplicada, na qual o processo é mais importante que o produto, destacamos que as etapas de desenvolvimento de estratégias foram importantes para os adolescentes refletirem sobre a função social do gênero grafite. Assim sendo, consideramos, com base no grupo investigado, a importância do procedimento metodológico que incluiu entrevista individual, a partir das produções textuais realizadas por eles. Essa abordagem, possibilitou aos socioeducandos um momento relevante de reflexão acerca de problemas sociais existentes em suas comunidades. Assim, a escolha por atividades com letramento crítico, resulta da nossa compreensão sobre a relevância de estimular o pensamento autônomo sobre a sociedade, já que o fenômeno violência resulta de variáveis complexas e transversais.

Especificamente sobre as produções de E. destaca-se que ele conseguiu, ao final das atividades, apropriar-se do gênero e realizar uma análise crítica da sociedade, com ênfase na corrupção e nos malefícios do desvio de verbas públicas por parte de políticos. Já em relação a F., ainda que não se aproprie plenamente do gênero proposto, verifica-se um avanço significativo em suas reflexões críticas, quando indagado na entrevista acerca dos seus posicionamentos. Evidencia-se que ambos foram banidos dos grupos da UIM, por conta da boa conduta e por demonstrarem vontade de mudança, sendo obrigados, para suas seguranças, ao isolamento e à transferência.

Esses resultados demonstram a importância do trabalho com adolescentes em conflito com a lei, pois a linguagem é um instrumento que pode favorecer seu engajamento social e atuação crítica nos contextos em que estão inseridos. Verificou-se que, apesar da dificuldade inicial, em desconstruir a ideia sobre os gêneros verbo-visuais como demarcação dos grupos com os quais estão envolvidos, aos poucos, perceberam a possibilidade de utilizar esses gêneros para expressar os problemas sociais.

Por fim, destaca-se ainda, a importância de pesquisas que resultam em produtos educativos como as oficinas de grafite no sistema socioeducativo, pois apesar das dificuldades, sua aplicação torna-se relevante, porque abre novas possibilidades para que outros investigadores possam atuar no ambiente de privação de liberdade.

Referências

- Bobbio, N., Matteucci, N., Gianfranco, P. Verbete 'Elite, Teoria das'. (2000). *Dicionário de Política*. (5ª ed.) Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 385-391.
- Bunzen, C., & Mendonça, M. (2013). *Múltiplas linguagens para o ensino médio*. São Paulo: Parábola.
- Carvalho, F. A. de, & Brandt, V. C. (2016). Autor e vítima de violência: um só sujeito? In W. L. da Conceição (Org.). *Atendimento socioeducativo: atores e atrizes de um cenário em movimento* (Cap. 1, pp. 27-60). Jundiaí: Paco Editorial,
- Dupret, L. (2008). Subjetividade e Arte de Rua: 100% Graffit. *Psicol. Esc. Educ* 12(2), pp. 413-421. Recuperado em 25 de agosto, 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200012&lng=en&nrm=iso
- Laffin, M. H. L. F., & Nakayama, A. R. (2013). O trabalho de professores/as em um Espaço de privação de liberdade. *Educação & Realidade*, 38(1), pp. 155-178. Recuperado em 4 de

janeiro, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000100010&lng=pt&tlng=pt

Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 25 de agosto, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Cíveis. Brasília, DF. Recuperado em 26 de dezembro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Lima-Duarte, F., Gaia, R., & Torres Filho, J. (2017). Eu e meus eus: leitura e escrita de diário em uma Unidade de Internação Feminina. *Revista Letras Raras*, 6(3), pp. 170-185. Recuperado em 03 de janeiro, 2019, de <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/859/541>

Ministério da Educação. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI.

Mocelin, M. R.; Ferreira, N. S. C. (2016). Políticas públicas para adolescentes em conflito com a lei. In M. R. Mocelin *Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência: a socioeducação em questão*. (pp. 33-45). Curitiba: Appris.

Ramidoff, M. L. (2017). *SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Comentários à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. (2ª ed.) São Paulo: Saraiva.

Santos, P. S. (2012). *Escritas urbanas: um estudo sobre graffiti e pichação na cidade de João Pessoa-PB*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado em 25 de agosto, 2018, de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7486>

Silva, A. K. L. da, & Silva, M. da C. V. da. (2018). A educação nas Unidades Prisionais de Alagoas: cenário de oferta e ações implementadas. In M. da C. V. da Silva, & E. Pimentel. (Orgs.). *Educação em prisões: princípios, políticas públicas e práticas educativas*. (Cap. 7). Curitiba: CRV.

Silva, R. L. e. (2004). Escutando a adolescência nas grandes cidades através do grafite. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(4), 2-11. Recuperado em 25 de agosto, 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000400002>

Souza, A. L. S. (2011). *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola.

Súmula Vinculante nº 11. (2008). Recuperado em 23 de dezembro, 2018, de <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1220>

Vieira, B. C. (2015). *Graffiti e pixação: processos de apropriação e resistência*. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília: DF, Brasil. Recuperado em 4 de janeiro, 2019, de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11593/1/2015_BarbaraCostaVieira.pdf

Zizek, S. A verdadeira utopia (2008). In C. M. SOUSA. *Um convite à utopia* (Vol. 1, pp. 291-301). Campina Grande: EDUEPB.